



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS IV - LITORAL NORTE**

JOÃO VITOR HENRIQUE DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO SOBRE O PAPEL DA CONTABILIDADE NA TRANSPARÊNCIA E
CONTINUIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA
FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUÁTICOS**

**Mamanguape – PB
2026**

JOÃO VITOR HENRIQUE DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO SOBRE O PAPEL DA CONTABILIDADE NA TRANSPARÊNCIA E
CONTINUIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA
FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUÁTICOS**

**Artigo Científico apresentado ao Curso de
Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal da Paraíba – Campus
IV, como requisito parcial para a obtenção
do Título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

Orientador (a): Augusto Cezar Da Cunha e Silva Filho

**Mamanguape – PB
2026**

JOÃO VITOR HENRIQUE DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO SOBRE O PAPEL DA CONTABILIDADE NA TRANSPARÊNCIA E
CONTINUIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO DE CASO NA
FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUÁTICOS**

Este Artigo Científico de autoria de João Vitor Henrique Dos Santos, apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis foi julgado adequado e aprovado pela Banca Examinadora designada pela Comissão de Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, abaixo assinada:

Augusto Cezar Da Cunha e Silva Filho
Orientador
Presidente

Josicarla Soares Santiago
Ciências Contábeis – CCAE/UFPB
Membro Interno

Yara Magaly Albano Soares
Ciências Contábeis – CCAE/UFPB
Membro Interno

Mamanguape, 31 de Março de 2026

Percepção sobre o papel da contabilidade na transparência e continuidade do terceiro setor: Um estudo de caso na Fundação Mamíferos Aquáticos

Contabilidade para o terceiro setor

RESUMO

Este estudo analisa o papel estratégico da contabilidade na transparência no processo de prestação de contas e na continuidade operacional de entidades do terceiro setor, através da percepção gerencial, focando no problema de como o uso de técnicas contábeis pode fortalecer a prestação de contas e a sustentabilidade institucional. O terceiro setor, composto por organizações privadas com fins públicos, exige uma gestão rigorosa para o cumprimento de normas legais e manutenção da credibilidade perante a sociedade. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir da percepção gerencial, como as práticas contábeis contribuem para a transparência no processo de prestação de contas e para continuidade institucional da Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA), verificando sua eficácia na transparência e gestão estratégica da entidade estudada.

Metodologicamente, a pesquisa configura-se como um estudo de caso com abordagem qualitativa e objetivos descritivos. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e aplicação de questionário estruturado à gerência financeira da fundação. Os resultados revelam que a contabilidade na FMA não é utilizada apenas para o cumprimento de obrigação legal, funcionando como um instrumento de governança e suporte à decisão. Identificou-se um fluxo intersetorial de prestação de contas e o uso de técnicas como segregação de centros de custo e análise das demonstrações e de indicadores de liquidez, fundamentais para a rastreabilidade dos gastos e atrair novos doadores. Conclui-se que a transparência gerada pelas práticas contábeis é o elemento central para reduzir a assimetria informacional, auxiliando na sustentabilidade e a continuidade dos projetos socioambientais da instituição.

Palavras chaves: Contabilidade. Terceiro setor. Prestação de contas. Continuidade organizacional.

ABSTRACT

This study analyzes the strategic role of accounting in the transparency of the accountability process and the operational continuity of third-sector entities, focusing on the problem of how the use of accounting techniques can strengthen accountability and institutional sustainability. The third sector, composed of private organizations with public purposes, requires rigorous management to comply with legal standards and maintain credibility before society. The general objective of the research is to analyze accounting techniques within the accountability process of the Aquatic Mammals Foundation (FMA), based on managerial perception, verifying their effectiveness in transparency and strategic management.

Methodologically, the research is structured as a case study with a qualitative approach and descriptive objectives. Data collection was conducted through a literature review and the application of a structured questionnaire to the foundation's financial management. The results reveal that accounting at FMA goes beyond legal obligation, functioning as an instrument of governance and decision support. An intersectoral accountability flow was identified, alongside the use of techniques such as cost centers and the analysis of financial statements and liquidity indicators, which are fundamental for expenditure traceability and attracting new donors. The study concludes that the transparency generated by accounting practices is the central element in reducing information asymmetry, aiding the sustainability and continuity of the institution's socio-environmental projects.

Keywords: Accounting. Third sector. Accountability. Organizational continuity.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1 Evolução do terceiro setor no Brasil.....	7
2.2 Importância da contabilidade para o terceiro setor.....	7
2.3 Aspectos contábeis específicos em fundações.....	8
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	10
4.1 Fluxo do Processo de Prestação de Contas.....	10
4.2 Técnicas Contábeis Utilizadas.....	11
4.3. Impacto da contabilidade na Transparência e na Tomada de Decisão	11
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS	13

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor brasileiro, composto pelas fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL), desempenha um papel socioeconômico estruturante, representando 5,3% das organizações do país e empregando 2,7 milhões de pessoas com uma remuneração média superior à do setor empresarial (IBGE, 2024). Socialmente, sua relevância manifesta-se na oferta de serviços essenciais em áreas como saúde e educação, que concentram a maior parte da força de trabalho, e na promoção da equidade de gênero, visto que as mulheres compõem quase 69% de seu quadro funcional. Economicamente, o setor demonstra resiliência e dinamismo, apresentando um crescimento anual de 4,0% no número de entidades e uma participação de 5,0% na massa salarial nacional, consolidando-se como um pilar estratégico para o desenvolvimento humano e a qualificação profissional no Brasil. De acordo com dados do Mapa das organizações da sociedade civil (IPEA, 2023), até 2023 o Brasil tinha cerca de 879.326 organizações ativas, um aumento de aproximadamente 7,8% em relação ao ano de 2021. Isso mostra a evolução constante desse setor e sua importância para o país, tendo em vista que, segundo o IPEA (2023), em 2015 esse setor foi responsável por contribuir com aproximadamente 4,27% do PIB brasileiro.

A sustentabilidade das organizações do terceiro setor é condicionada pela dependência de recursos provenientes de fontes externas, como convênios e doações, o que impõe desafios à gestão financeira e à continuidade operacional. Conforme Sobral (2016), a carência de diversificação nas fontes de financiamento fragiliza a autonomia das entidades, elevando o risco de descontinuidade de suas atividades finalísticas. Nesse contexto, a implementação da Lei n. 13.019/2014 estabeleceu novos parâmetros para as parcerias com o poder público, reforçando que a transparência e a confiança são pilares fundamentais para a legitimidade social. De acordo com Tondolo et al. (2017), a adoção de práticas robustas de prestação de contas (accountability) não apenas cumpre requisitos legais, mas atua como um diferencial estratégico na mobilização de recursos, visto que a credibilidade institucional é o principal fator de atração e retenção de doadores e parceiros.

Diante dessa necessidade de prestar contas surgiu a principal questão desse trabalho, que é: como as práticas contábeis são percebidas no contexto da Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA), em relação a sua contribuição para a transparência na prestação de contas e para continuidade institucional? O presente trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir da percepção gerencial, como as práticas contábeis contribuem para a transparência no processo de prestação de contas e para continuidade institucional da Fundação Mamíferos Aquáticos. Tendo como objetivos específicos: Descrever o fluxo do processo de prestação de contas dentro da Fundação Mamíferos Aquáticos; identificar quais técnicas contábeis são efetivamente utilizadas pela fundação; por fim, analisar como a contabilidade auxilia na transparência e no processo de tomada de decisão da gestão, em consonância com o objetivo do relatório financeiro de fins gerais previstos na estrutura conceitual.

Por fim, destaca-se que a relevância desta pesquisa ultrapassa a justificativa tradicional associada à necessidade de transparência nas organizações do terceiro setor. Embora a literatura reconheça que a confiança de doadores e parceiros está diretamente relacionada à qualidade da prestação de contas, ainda são incipientes os estudos que analisam, de forma aplicada e contextualizada, como as práticas contábeis influenciam a continuidade institucional dessas entidades. Nesse sentido, observa-se uma lacuna no que se refere à compreensão do papel da contabilidade não apenas como instrumento de evidenciação, mas como mecanismo estratégico capaz de reduzir a assimetria informacional e apoiar a tomada de decisões (LOPES; MARTINS, 2012).

Ademais, organismos internacionais como a IFAC (2014) destacam que a transparência e a accountability são elementos essenciais para a sustentabilidade das organizações, especialmente no setor público e no terceiro setor, onde a legitimidade institucional depende

fortemente da confiança dos stakeholders. De forma complementar, o IBGC (2015) ressalta que boas práticas de governança corporativa, associadas a sistemas contábeis confiáveis, contribuem para a geração de valor e para a perenidade das organizações.

Nesse contexto, este estudo contribui ao investigar, em uma organização real do terceiro setor, como as técnicas contábeis, tais como demonstrações financeiras, auditoria e controles internos, se articulam com a transparência e a sustentabilidade organizacional. Ao fazê-lo, amplia-se a compreensão sobre a contabilidade como elemento central na legitimação institucional e na capacidade de captação de recursos, oferecendo subsídios teóricos e práticos que podem ser replicados por outras entidades do terceiro setor em contextos semelhantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evolução do terceiro setor no Brasil

Historicamente, o Terceiro Setor brasileiro consolidou-se sob a égide do assistencialismo. Como aponta Souza (2003), a visibilidade era restrita a entidades filantrópicas e religiosas que atuavam como "braços auxiliares" do Estado, suprimindo necessidades básicas em orfanatos e hospitais. Essa fase era marcada por uma atuação reativa, focada em mitigar a dor imediata sem necessariamente questionar as causas da exclusão social. Entretanto, a redemocratização e a complexidade dos novos problemas globais forçaram uma transição de paradigma. O que antes era caridade transformou-se em mobilização social.

A evolução do terceiro setor no Brasil reflete uma mudança de paradigma, deixando para trás o caráter meramente paliativo para adotar uma estrutura organizacional técnica. Conforme aponta Fernandes (1994), o setor deixou de ser visto apenas como um apêndice da caridade religiosa para se tornar um espaço de políticas públicas e mobilização profissionalizada. Esse amadurecimento institucional foi impulsionado pela necessidade de maior transparência e pela complexidade das demandas sociais, exigindo ferramentas de gestão similares às do setor privado. Como destaca Alves (2018), a aplicação de uma contabilidade técnica e específica permite que as entidades do terceiro setor visualizem seu desempenho patrimonial e financeiro para otimizar recursos e também cumpram com o dever de prestação de contas (accountability) perante doadores e o Estado. Essa conformidade com as normas contábeis e tributárias é o que garante a credibilidade necessária para a manutenção das imunidades fiscais e a captação de novos investimentos sociais, transformando a gestão contábil em um pilar estratégico para a continuidade das atividades assistenciais.

Um dos fatores que contribuiu para o crescimento do terceiro setor foram as leis de incentivo fiscal. Leis como a lei 8.313/1991, conhecida como lei Rouanet que incentiva artes, ciências, visuais, audiovisual, música, patrimônio cultural e literatura. Dentre outras leis como a lei 9.249/1995 (lei de doação/patrimônio), essa lei permite que as empresas façam deduções no IRPJ com base nos valores doados a entidades sem fins lucrativos, a doação poderia ser deduzida como despesa operacional até o limite de 2% do lucro operacional da empresa doadora.

2.2 Importância da contabilidade para o terceiro setor

A contabilidade tem um papel importante para longevidade do terceiro setor, tendo em vista que assim como todas as organizações com ou sem fins lucrativos precisam seguir uma série de normas e exigências fiscais, e a contabilidade pode auxiliar tanto no cumprimento de todas as exigências quanto na gestão dos recursos (Tondolo et al, 2017). Segundo a interpretação técnica geral a ITG 2002 (R1), as demonstrações contábeis que devem ser feitas pelas organizações sem fins lucrativos são: balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG

1000, quando aplicável. Além da contabilidade auxiliar na elaboração das demonstrações exigidas, ela também pode dar um suporte para a gestão baseando-se nas demonstrações elaboradas, realizando uma análise das demonstrações, fornecendo informações relevantes para tomada de decisão e auxiliando no planejamento financeiro e orçamentário da organização.

De acordo com Moraes, Teixeira e Pimentel (2017), a contabilidade é uma excelente ferramenta de apoio para o terceiro setor, pois essas organizações vivem de doações, e as técnicas contábeis auxiliam na gestão desses recursos. Técnicas como: escrituração, que garante uma base sólida para projeções, análise das demonstrações, dentre outras técnicas que possibilitam os gestores a tomarem decisões mais assertivas com base nos dados fornecidos pela contabilidade.

Fornecer demonstrações contábeis bem elaboradas, ricas em detalhes pode trazer benefícios para organizações do terceiro setor, pois quanto mais transparentes forem as organizações, quanto mais demonstrarem como os recursos serão ou estão sendo utilizados, mais credibilidade a organização terá, ou seja, manter a contabilidade em dia consequentemente aumenta as chances de receberem doações, pois os doadores buscam organizações que tenham responsabilidade e que utilizem os recursos doados para os fins a que se proponha de forma ética e transparente (AURELI, 2015).

Como mencionado anteriormente, quanto mais a organização for transparente nas suas atividades, na execução dos recursos, melhor será sua imagem perante doadores. Quanto mais doadores mais a organização cresce, e junto com esse crescimento também cresce a capacidade dessa organização alcançar um público maior, possibilitando uma melhor execução de suas atividades e consequentemente alcançar os objetivos propostos em seu estatuto. O acompanhamento das atividades realizadas pode ser feito através da prestação de contas, pois através dela podemos verificar onde o recurso foi gasto, quais atividades foram realizadas, e quando os objetivos que a entidade se comprometeu a cumprir foram concluídos, além de relatórios internos (COSTA, 2005, apud MORAIS, TEIXEIRA, PIMENTEL, 2017).

2.3 Aspectos contábeis específicos em fundações

De acordo com Pimenta e Brasil (2006) a busca por resultados do setor privado está focada na busca pelo lucro, e na distribuição dele, diferentemente do terceiro setor, que não distribui lucro/superávit. Por esse motivo a estrutura contábil do terceiro setor é um pouco diferente das organizações do segundo setor, ela segue a ITG 2002 (R1), que rege as entidades que não tem o lucro como finalidade, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esta norma deixa claro que o foco principal não está centrado na apuração do lucro, e sim nas demonstrações das aplicações dos recursos em objetivos sociais. Segundo a mesma norma, o reconhecimento das receitas com doações e subvenções devem entrar no resultado como receita, entretanto, se algum recurso tiver alguma restrição, esses valores não devem ser reconhecidos no resultado de imediato, antes devem ir para o passivo como receitas deferidas e apropriados ao resultado conforme for sendo executado pelo projeto vinculado. Essa técnica garante que o recurso seja aplicado para o seu determinado fim, o que acaba aumentando a transparência com os doadores e agências financiadoras.

Ainda segundo a ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, ela diz que o trabalho voluntário também deve ser reconhecido pelo valor justo nas demonstrações contábeis como se tivesse ocorrido um desembolso de recurso, registrando uma receita e uma despesa de igual valor no corpo da demonstração do resultado do período. Embora esse procedimento não gere um fluxo de caixa ele é importante para que a organização consiga mensurar e evidenciar o custo real das atividades da fundação e o impacto econômico da sua mobilização social. Além disso, essa orientação também determina algumas terminologias também devem ser observadas nas demonstrações, como o capital social, que é substituído pelo patrimônio social, e o resultado final, que em vez de ser lucro ou prejuízo denomina-se superávit ou déficit. Esses termos

sinalizam que a organização tem uma natureza que não tem o lucro como objetivo final perante o fisco e a sociedade. Ainda sobre essa norma, as organizações do terceiro setor são obrigadas a divulgarem as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos. Por conta dessas e muitas outras obrigações a contabilidade tem papel muito importante para o bom funcionamento do terceiro setor, possibilitando que elas possam cumprir sua missão, seguindo todas as normas com transparência. Além disso, utilizando as técnicas contábeis as entidades do terceiro setor conseguem prestar contas e administrar melhor seus patrimônios, e fornecer informações para os gestores tomarem a melhor decisão possível, tendo como base as demonstrações contábeis. Demonstrações que são bastante relevantes, pois essas entidades têm que executar suas atividades com base no orçamento disponível, (FRANÇA; ANDRADE, 2015 apud LUZ; MENDES, 2019).

Manter a contabilidade em dia também garante as organizações do terceiro setor mantenha a imunidade e isenção tributária, conforme diretrizes do artigo 14 do código tributário nacional. Para terem direito à isenção é preciso cumprir alguns requisitos descritos no referido artigo, como não distribuir patrimônio ou renda, aplicar seus recursos no país e manter a escrituração de receitas e despesas em dia. Para fundações que operam com convênios públicos ou projetos ambientais específicos, a contabilidade deve auxiliar na rastreabilidade total dos gastos, separando custos administrativos de custos diretos do projeto. Essa organização é o que permite a elaboração da escrituração contábil fiscal com segurança, o que garante a aprovação das contas junto ao ministério público, órgão que exercer a curadoria sobre todas as fundações no Brasil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, com abordagem qualitativa e objetivos descritivos. Conforme defendido por Yin (2001), o estudo de caso é a estratégia preferida quando se busca responder a questões do tipo "como" e "por que" sobre um conjunto contemporâneo de eventos sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. O objeto de análise é a Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA), que trabalha na conservação da fauna marinha a 36 (trinta e seis) anos, selecionada por sua relevância no terceiro setor e pela complexidade de sua prestação de contas. O estudo buscou descrever como a contabilidade é aplicada durante o processo de prestação de contas e como ela auxilia nos processos de tomada de decisão e seu papel para a continuidade das entidades do terceiro setor.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca das legislações e normas vigentes para o terceiro setor, com o intuito de fundamentar teoricamente as práticas observadas em campo. Na sequência, para obter respostas e concluir os objetivos propostos, foi elaborado um questionário estruturado com treze questões, sendo dez discursivas e três objetivas. As questões buscaram responder perguntas como: descrever o fluxo do processo de prestação de contas na FMA, como as técnicas contábeis são utilizadas pela entidade e qual o impacto da contabilidade na transparência e continuidade da organização. Essa mescla de perguntas permite colher dados precisos (objetivas) e, ao mesmo tempo, dar liberdade para que o entrevistado detalhe as rotinas financeiras (discursivas).

O questionário foi aplicado de forma remota, através da plataforma Google Forms e respondido pela gerente financeira da FMA, no dia 10 de março de 2026. Para a validação das informações obtidas, foi realizado o confronto entre as respostas coletadas no questionário, as normas e legislações contábeis vigentes. Somado à análise documental realizada, com o objetivo de comparar as respostas obtidas através do questionário com as demonstrações contábeis e documentos normativos divulgadas pela entidade estudada. O que foi fundamental para validar a fidedignidade das informações e garantir que os resultados apresentados reflitam a realidade prática e normativa da organização estudada.

Para o tratamento das respostas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. O corpus documental foi organizado em eixos temáticos, o que permitiu mapear o fluxo de prestação de contas, identificar as técnicas contábeis utilizadas pela entidade, e analisar como essas técnicas contribuem para transparência e continuidade da FMA, tendo como base a percepção da respondente em confronto com as normas contábeis vigentes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se e analisam-se os dados coletados durante o estudo de caso realizado na Fundação Mamíferos Aquáticos. A análise foi estruturada de modo a confrontar as evidências obtidas por meio do questionário aplicado com a gerente financeira da FMA, com o referencial teórico discutido anteriormente.

O objetivo desta seção é demonstrar, como as técnicas contábeis são aplicadas no dia a dia de uma entidade do terceiro setor, avaliando sua eficácia para a transparência e continuidade da entidade. Para uma melhor compreensão, os resultados serão apresentados seguindo a ordem dos objetivos específicos estabelecidos para esse estudo.

4.1 Fluxo do Processo de Prestação de Contas

O fluxo de prestação de contas na Fundação Mamíferos Aquáticos, é um processo estruturado de forma intersetorial, garantindo que as informações financeiras como: compras, vendas, doações, todas as movimentações financeiras da organização transitem por diferentes níveis de responsabilidade até a entrega final ao Ministério Público e financiadores. Assim como demonstrado na Tabela 1, o processo de coleta e organização desse fluxo financeiro inicia-se com a coordenação e a equipe do projeto, cada projeto executado pela FMA tem uma equipe definida, esses são responsáveis pela coleta de documentos e evidências das atividades executadas. Em seguida, o setor financeiro realiza o processamento dessas informações. A contabilidade externa assume o papel de realizar os lançamentos e a consolidação dos dados financeiros. A etapa final de revisão e envio ao patrocinador ou órgão financiador é realizada pela diretoria administrativo-financeira. Quando questionada sobre a periodicidade de fluxo de prestação de contas, respondeu que a periodicidade desse fluxo varia conforme a exigência dos convênios e contratos, podendo ser mensal ou trimestral para projetos com repasses parcelados, além da prestação de contas anual obrigatória por lei, como a enviada ao Ministério Público.

Tabela 1 – Fluxo de elaboração da prestação de contas da FMA

Etapa	Setor de origem	Responsabilidade
1ª	Coordenação/Equipe do projeto	Coleta de dados e evidências.
2ª	Setor financeiro	Processamento financeiro.
3ª	Contabilidade externa	Lançamento e consolidação.
4ª	Diretoria adm financeira	Revisão e envio ao patrocinador.

Fonte: autoria própria.

A estruturação do fluxo de prestação de contas da FMA, dividido em etapas que envolvem desde a coleta de evidências pelas coordenações de projeto até a revisão final pela diretoria, materializa o conceito de accountability discutido por Tondolo et al. (2017). Esse rigor no processamento das informações é o que permite à entidade cumprir o dever de transparência perante doadores e o Estado, garantindo a credibilidade necessária para a manutenção de parcerias estratégicas. Além disso, a variação da periodicidade conforme os convênios (mensal, trimestral ou anual) demonstra a adaptação da fundação à Lei nº 13.019/2014, que estabeleceu novos parâmetros de confiança e controle para parcerias com o poder público. Assim, o fluxo não é apenas uma rotina administrativa, mas um pilar estratégico que assegura a rastreabilidade dos gastos e a conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade,

especificamente a ITG 2002 (R1), ao focar na demonstração da aplicação dos recursos em seus objetivos sociais.

4.2 Técnicas Contábeis Utilizadas

Após análise das respostas obtidas através do questionário, foi possível identificar que a FMA utiliza algumas técnicas contábeis para gerir seus recursos, que provêm de fontes diversas como o Grupo Boticário, Petrobras, Mosaic, Eneva, Mineral engenharia, Ocean Conservancy e doações de pessoas físicas. Para ter um melhor controle dos recursos a FMA possui um sistema de controle interno formalizado, fundamentado em manuais normativos que regulamentam desde a utilização de bens até a execução orçamentária. Esses manuais estabelecem diretrizes de conformidade essenciais para a governança. Em análise a esses manuais, que estão disponíveis no site da FMA, podemos verificar que a entidade possui um alto nível de controle, podemos citar por exemplo o controle na utilização orçamentaria, que quando a FMA vai fazer a aquisição de algum item ou bem, é necessário a cotação de 3 orçamentos, comprando o item com o valor mais baixo.

De acordo a gerente financeira, para manter um nível de controle elevado, algumas demonstrações financeiras, são rotineiramente geradas pela fundação. São elas: o balanço patrimonial (BP), a demonstração do resultado (DR), a demonstração do fluxo de caixa (DFC), a demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), notas explicativas e relatórios das atividades desenvolvidas. Além das demonstrações obrigatórias, ela afirma que para atender aos financiadores, também são emitidos relatórios de conciliação bancária, relatórios financeiros por centro de custo/projeto, controles patrimoniais e relatórios de execução orçamentária, conforme orientação da ITG 2002 (R1). Além de cumprir as obrigações que já são exigidas, ao elaborar as demonstrações contábeis, a contabilidade pode fazer uma análise detalhada da situação financeira atual da organização, fornecer informações relevantes para a tomada de decisão, entrando em concordância com Moraes, Teixeira e Pimentel (2017), que dizem que a contabilidade é uma ferramenta de apoio que permite gestões mais assertivas baseadas em dados.

Quando questionada sobre a realização de auditoria, a gerente respondeu que atualmente, a fundação utiliza um mecanismo de auditoria interna, exercido pelo conselho fiscal de forma voluntária, este conselho analisa as demonstrações da entidade e verifica o cumprimento das normas. Embora, a FMA não realize auditoria externa recorrente no momento por restrições orçamentárias, a instituição já utilizou esse serviço anteriormente para reforçar a credibilidade perante os patrocinadores. Embora possa trazer alguns benefícios, realizar auditoria interna não contribui com a transparência da entidade, pois de acordo com as normas brasileiras de contabilidade técnicas de auditoria, NBC PG 100 (R1), a auditoria tem que ser feita por um auditor independente, sem interesse entre as partes e sem relações estreitas com a entidade auditada. Ou seja, realizar auditoria interna não contribui efetivamente para a transparência.

Pode-se dizer que a FMA utiliza a contabilidade técnica (escrituração, demonstrações e indicadores) exatamente como preconiza Alves (2018), transformando a gestão contábil em um pilar estratégico para garantir a sustentabilidade e continuidade de suas atividades socioambientais.

4.3. Impacto da contabilidade na Transparência e na Tomada de Decisão

De acordo com a diretora administrativa financeira da Fundação Mamíferos Aquáticos, percebe-se que as técnicas contábeis aplicadas funcionam como ferramentas estratégicas, que permitem analisar a viabilidade das operações da FMA. Eles utilizam por exemplo os índices dos indicadores contábeis de liquidez geral, liquidez corrente, solvência e endividamento. Segundo a gerente financeira, a FMA utiliza esses índices como instrumento de apoio ao planejamento estratégico e operacional. Afirma ainda que esses indicadores são analisados

periodicamente e fornecem subsídios fundamentais para tomada de decisões relacionadas à viabilidade financeira de novas expedições, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e definição de propriedades institucionais. Em análise a demonstrações contábeis disponibilizadas no site da FMA, foi possível observar os índices mencionados anteriormente e foi constatado que a entidade obteve uma melhora no ano de 2025 em relação ao ano de 2024, o que aponta para um bom gerenciamento dos recursos.

A FMA também faz planejamentos orçamentários para assegurar a continuidade das atividades, tendo em vista que o desembolso de doações e convênios, muitas vezes são realizados de forma parcelada ou condicionados à aprovação de etapas, o que gera uma instabilidade no fluxo de caixa.

Em respostas ao questionário, a respondente também falou sobre os principais desafios na gestão de recursos provenientes de doações e convênios, apontando desafios como: está em conformidade com normas específicas de cada financiador, pois financiadores como a Petrobrás por exemplo, estabelece regras próprias para aplicação dos recursos, incluindo limites de despesa. Outros desafios apontados foram: exigências rigorosas na prestação de contas, controle orçamentário segregado por projeto, fluxo de caixa imprevisível, gestão documental robusta, dentre outros desafios.

O uso de centros de custo é apontado como fundamental para segregar despesas por projeto, o que permite identificar com clareza a aplicação de cada valor. Essa segregação facilita o acompanhamento das despesas por projeto ou atividade, além de contribuir para análises mais precisas, gerando mais eficiência no planejamento financeiro. Isso aumenta a responsabilidade gerencial e a confiança de doadores e órgãos de controle, o que consequentemente aumenta a transparência na prestação de contas em relação a utilização do recurso, o que vai de encontro com a afirmação de Tondolo et al. (2017), de que a adoção de práticas robustas de prestação de contas atua como diferencial na mobilização de recursos, pois a credibilidade pode atrair doadores. Aureli (2015) complementa que quanto mais transparente a organização, maior sua credibilidade ética perante quem doa.

Além disso, o rigor técnico na gestão de doações e convênios evita glosas (rejeição de despesas), devolução de recursos e danos à reputação, que são desafios constantes no terceiro setor devido à imprevisibilidade do fluxo de caixa e às exigências específicas de cada financiador.

Em suma, em concordância com Lopes e Martins (2012), que defendem que a contabilidade deve atuar como um mecanismo estratégico capaz de reduzir a assimetria informacional e apoiar a tomada de decisões, a contabilidade na Fundação Mamíferos Aquáticos, em não é apenas um registro de fatos passados, mas uma estrutura de governança e compliance que assegura a continuidade de seus projetos socioambientais. Mais do que uma obrigação legal, o uso da contabilidade funciona como um sistema de suporte à decisão como dito por Moraes, Teixeira e Pimentel (2017), possibilitando que a transparência financeira se converta em continuidade e sustentabilidade institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou o papel estratégico da contabilidade na transparência e continuidade da Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA), a partir da percepção gerencial, buscando compreender como as práticas contábeis fortalecem a prestação de contas e a sustentabilidade institucional. Por meio de um estudo de caso qualitativo, foi possível alcançar os objetivos propostos e validar a importância da contabilidade como ferramenta de gestão, e não apenas como cumprimento de normas legais.

No que tange ao primeiro objetivo específico, que visava descrever o fluxo do processo de prestação de contas, identificou-se uma estrutura intersetorial e organizada em quatro etapas: coleta e evidência realizada pelas coordenações de projeto; processamento, realizado pelo setor

financeiro interno; consolidação, executada pela contabilidade externa; revisão e envio, realizada pela diretoria administrativo-financeira para os órgãos competentes e financiadores. Este fluxo auxilia a rastreabilidade dos gastos, o que possibilita saber com facilidade onde cada centavo está sendo utilizado, consequentemente passando uma visão mais transparente para o Ministério Público e parceiros.

Quanto ao segundo objetivo, referente às técnicas contábeis utilizadas, a pesquisa evidenciou que a FMA utiliza técnicas como: análise das demonstrações, escrituração, sistemas de controle interno, além disso adota um conjunto de ferramentas alinhadas à ITG 2002 (R1). Destacam-se: Elaboração sistemática de demonstrações obrigatórias (BP, DRE, DFC, DMPL e Notas Explicativas); uso de centros de custo para segregar despesas por projeto, garantindo transparência aos doadores; controle interno formalizado através de manuais normativos; monitoramento de índices de liquidez e solvência, que funcionam como termômetros para a viabilidade de novas expedições e projetos.

Por fim, ao analisar como a contabilidade auxilia na transparência e na tomada de decisão, os resultados demonstraram que a contabilidade se faz presente nos processos da FMA, o que assegura a credibilidade institucional necessária para atrair novos doadores e manter parcerias com grandes financiadores, como Petrobras e o Grupo Boticário. A contabilidade atua como um mecanismo de compliance que evita glosas e devolução de recursos, permitindo que a gestão decida com base em dados fidedignos sobre a alocação de propriedades institucionais.

Apesar dos resultados alcançados, este estudo apresenta limitações que devem ser levadas em consideração na interpretação das conclusões: Amostra restrita: a coleta de dados concentrou-se no relato de apenas um respondente chave, o que, embora tenha fornecido informações técnicas, limita a percepção de outros níveis hierárquicos ou setores da organização sobre os processos descritos; Impedimento presencial: Devido a restrições de logísticas, não foi possível a realização de visitas presenciais à sede da fundação. Tal fator impediu a observação in loco das rotinas administrativas e o acesso físico a documentos que poderiam enriquecer a análise documental; Abordagem de caso único: Por se tratar de um estudo de caso específico da FMA, as conclusões não podem ser generalizadas para todo o terceiro setor, uma vez que a entidade possui particularidades operacionais e fontes de custeio distintas.

Diante disso, recomenda-se para trabalhos futuros a expansão desta metodologia para um estudo multicase, abrangendo um número maior de entidades do terceiro setor. Isso permitiria uma análise comparativa para identificar se as práticas de transparência aqui observadas são um padrão do setor ou uma vantagem competitiva específica de organizações de grande porte.

Em suma, no contexto da FMA a contabilidade é o elemento central que viabiliza a accountability e a continuidade da organização. O estudo mostra que a transparência gerada pelas práticas contábeis reduz a assimetria informacional e é fundamental para a sobrevivência de entidades do terceiro setor em contextos de recursos escassos e alta exigência normativa.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil: FASFIL 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho

inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela lei nº 13.204, de 2015). Brasília: Secretaria - geral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm.

SOBRAL, Miriam Oliveira de Aguiar. Sustentabilidade financeira das organizações do terceiro setor: o caso Vetor Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

TONDOLO, Camila Fortuna Dall Agnol et al. Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 138-158, abr./jun. 2017.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ALVES, Bruno Henrique Vieira. **Contabilidade do terceiro setor: Aspectos contábeis e tributários**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em ciências contábeis). Universidade Anhanguera, São Paulo, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC PG 100 (R1) – **Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual**. Brasília: CFC, 2019. Disponível em: NBC PG – Geral | ::Conselho Federal de Contabilidade::. Acesso em: 26 mar. 2026.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. Ed. Porto Alegre:Bookman, 2001.

BGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

IFAC – International Federation of Accountants. International framework: **good governance in the public sector**. New York: IFAC; CIPFA, 2014.

LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2012.

AURELI, R. **A importância da contabilidade para o terceiro setor**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br>. Acesso em 29 de setembro de 2025.

MORAIS, R; TEIXEIRA, T; PIMENTEL, I. **O desafio da contabilidade do terceiro setor nas prestações de contas**. Cairu em revista jan/fev 2017.

SOUZA, J E. **Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações**. Rev. FAE Curitiba 2003.

IPEA. **Estudo analisa a importância do Terceiro Setor para o PIB. Ipea Mapa OSC, Rio de Janeiro, 12 jan. 2024.** Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/post/164/estudo-analisa-a-importancia-do-terceiro-setor-para-o-pib>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

LUZ, G F; MENDES, D F H. **Atuação da contabilidade no terceiro setor.** Uni evangélica 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm.

BRASIL. **Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995.** Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Brasília: Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9249.htm.

BRASIL. **Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília: Presidência da república. Disponível em: Código Tributário Nacional | LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 | Jusbrasil.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG 2002 (R1): **Entidades sem Finalidade de Lucros.** Brasília: CFC, 2015. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf). Acesso em: 3 mar. 2026.

PIMENTA, S. M.; BRASIL, E. R. **Gestores e Competências Organizacionais no Terceiro Setor em Itabira – MG.** Gestão & Regionalidade. n. 64, maio/ago. 2006.

FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUÁTICOS. **Transparência, balanços patrimoniais.** Disponível em: <https://mamiferosaquaticos.org.br/tpaginas/balancos-patrimoniais>. Acesso em 10 de março de 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Casa civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 11 de março de 2026.